



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

Na qualidade de ordenador de despesas, autorizo a presente CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do

() Documento de Formalização de Demanda

(X) Estudo Técnico Preliminar

e demais documentos anexos, nos termos do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21 e art. 69 do Decreto Municipal nº 2.143/23.

Encaminha-se ao departamento de licitações, para as providências cabíveis.

São Cristóvão do Sul, 01 de abril de 2024.

Valmir da Leve Rodrigues
Ordenador de Despesa



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, NÃO ELÉTRICO, DESTINADO A MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

COMPROVAÇÃO DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DA: CONTABILIDADE

PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INFORMO para fins de Licitação e atendimento ao disposto no Inciso IV, do Artigo 72 da Lei 14.133/2021, existir no orçamento vigente recursos orçamentários previstos no total de R\$ 45.900,00 (Quarenta e cinco mil e novecentos reais), recurso este, alocado no orçamento vigente na seguinte Dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ÓRGÃO	
DOT 11: 4.4.90.00.00.00.00.00	03.001 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO	APLICAÇÕES DIRETAS

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

ÉLCIO ROBERTO ORTIZ
Contador



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

MAPA DE RISCOS

Constatação de Ocorrência		Risco	Medida
()	Dispensa de licitação de valor sem adequado planejamento da contratação ou certificação de que exista licitação realizada para objeto semelhante	Fracionamento indevido	Declaração do setor requisitante de que as despesas não constituem fracionamento indevido e de que o somatório das despesas realizadas com objetos idênticos ou de mesma natureza, no mesmo exercício financeiro, pela unidade gestora, não ultrapassa os limites do art. 75, incisos I e II e §2º, da Lei 14.133/21; ou revogação do procedimento.
()	Contratação por dispensa de valor utilizando apenas a cotação de fornecedores convidados	Elevação do custo da contratação	Realização, de forma preferencial, de pesquisa com base em preços públicos de licitações de outros órgãos, realizadas em menos de 1 (um) ano
()	ETP - Análise de apenas uma das soluções de mercado existentes	Caracterização de direcionamento da licitação	Devolução do ETP ao setor requisitante para reformulação
()	ETP - Adoção de tipo de solução obsoleto ou próximo da obsolescência	Descontinuidade da solução antes da Administração conseguir desfrutar do investimento feito na solução	Devolução do ETP ao setor requisitante para reformulação, a fim de indicar solução mais moderna
()	ETP - Utilização de especificações técnicas não comuns no mercado	Dificuldade de encontrar referências de preços em contratos públicos	Devolução do ETP ao setor requisitante para reformulação, a fim de indicar solução com especificações técnicas já utilizadas sempre que estas atenderem a suas necessidades
()	ETP - Não parcelamento da solução mesmo quando for viável	Diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação	Devolução do ETP ao setor requisitante para reformulação, com apresentação de justificativa expressa quanto à necessidade de agrupamento de itens
()	ETP - Quantitativo () subestimado ou () superestimado	Falta ou sobra de produtos/serviços, necessidade de aditivos ou supressões, perda da economia de escala, desperdício de recursos	Devolução do ETP ao setor requisitante para reformulação, com readequação dos quantitativos
()	Ausência de documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizada conforme art. 23, da Lei nº 14.133/21	Orçamento estimado em valor não condizente com os preços de mercado	Solicitação ao responsável e juntada dos documentos no processo
()	Estimativa inadequada de preços () subestimado ou () superestimado	Sobrepço ou licitação deserta	Departamento de compras reformula a pesquisa com base em preços públicos de licitações de outros órgãos, realizadas em menos de 1 (um) ano
()	Objeto da contratação com constante variação de preços no mercado	Requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato	Inclusão de cláusula de matriz de risco no contrato, estipulando margem de variação sem possibilidade de reequilíbrio
()	Risco da licitação finalizar sem nenhum fornecedor habilitado	Atraso no procedimento licitatório	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado.
()	Requisitos da contratação estipula prazo mínimo de garantia do fabricante/fornecedor sem estipular a forma de execução	Dificuldades de execução da garantia, podendo gerar custos de transporte/envio do bem ou equipamento	Inclusão de cláusula de matriz de risco no contrato, estipulando responsabilidade do fabricante/fornecedor por arcar com os custos de transporte/envio ou prestar a garantia na sede da Administração
()	Aquisição de itens comuns de consumo sem prever a utilização de sistema de registro de preços	Possibilidade de adjudicação de quantitativo superior ao necessário, além do comprometimento de dotação orçamentária	Recomendar ao Departamento de Compras a utilização de Sistema de Registro de Preços sempre que possível, mesmo quando não solicitado pelo setor requisitante
()	Falta de indicação no ETP do fiscal do contrato	Ausência de acompanhamento e de fiscalização concomitante à execução do contrato	Solicitação ao setor requisitante que indique o servidor que será designado fiscal do contrato
()	Objeto referente à atividade terceirizada que possa ocasionar riscos de acidentes de trabalho ou danos a terceiros	Possibilidade de acionamento judicial da Administração por danos a funcionário terceirizado ou a terceiros	Cláusula contratual prevendo a responsabilidade exclusiva do contratado, bem como previsão da exigência de equipamentos de proteção individual (EPIs) nas especificações técnicas do termo de referência, bem como, fiscalizar e exigir o uso de EPIs pelos funcionários terceirizados.
(X)	Nenhuma ocorrência apontada	Não se aplica	Não se aplica
Responsável/Assinatura	FERNANDO LUIZ DRAEGER		Cargo: CONTROLADOR INTERNO



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PARECER JURÍDICO SIMPLIFICADO DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

De ordem do Agente de Contratação foi encaminhado o presente processo de dispensa de licitação para análise jurídica simplificada, nos termos do art. 53, §5º da Lei nº 14.133/21.

A Assessoria Jurídica, buscando uma análise objetiva do cumprimento das regras legais aplicáveis ao tipo de contratação, e ainda, visando adotar uma manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação, nos termos do art. 53, §1º da Lei nº 14.133/21, DECLARAMOS que o presente procedimento cumpriu com os requisitos abaixo assinalados:

Item	Requisito	Base Legal	Sim	Não se aplica
1	Consta Estudo Técnico Preliminar devidamente preenchido?	Art. 72, I, VI, VII da Lei nº 14.133/21	X	
2	Consta termo de referência e, se for o caso, projeto básico ou projeto executivo?	Art. 72, I da Lei nº 14.133/21	X	
3	Consta formulário de análise de riscos devidamente preenchido?	Art. 72, I da Lei nº 14.133/21	X	
4	Consta autorização de compra emitida pelo ordenador de despesa?	Art. 72, VIII da Lei nº 14.133/21	X	
5	Há minuta de contrato escrito? (somente na hipótese da contratação gerar obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica)	Art. 95, II da Lei nº 14.133/21		X
6	Consta pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos?	Art. 72, III da Lei nº 14.133/21		X
7	Foram apresentadas as certidões negativas municipal, estadual e federal do fornecedor?	Art. 72, V da Lei nº 14.133/21	X	
8	Foi apresentada a estimativa de despesa feito com base no art. 23 da Lei nº 14.133/21 e esta é inferior aos limites previstos no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/21?	Art. 72, II da Lei nº 14.133/21	X	
9	Foi informada a fonte de recurso que fará frente à despesa?	Art. 72, IV da Lei nº 14.133/21	X	

Assim como não cabe a assessoria jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na aquisição, pois se trata de prerrogativas exclusivas da gestão pública, é preciso destacar que os valores informados nos orçamentos apresentados são de inteira responsabilidade do setor requisitante, não competindo a esta assessoria avaliar a procedência e regularidade dos mesmos.

Em conclusão, esta Assessoria Jurídica entende que o presente processo de dispensa de licitação

()	deve ser devolvido para correção e/ou revogação, diante do DESCUMPRIMENTO dos itens acima assinalados.
(X)	deve seguir seu trâmite, diante do CUMPRIMENTO de todos os itens obrigatórios, ressaltando-se a importância de juntada aos autos do comprovante de publicação do extrato da contratação, bem como, após o recebimento do objeto, a nota fiscal com o respectivo "atesto".

É o parecer, S.M.J., lembrando que o referido parecer não possui caráter vinculativo, mas apenas consultivo, ficando essa assessoria jurídica à disposição para maiores esclarecimentos.

Responsável:	Luciano de Moraes, OAB/SC 15040	Cargo:	Assessor Jurídico
Assinatura:		Data:	01/04/2024



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DO PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

Analisando a pesquisa de preços após o envio do pedido de orçamento para empresas que são do mesmo ramo de atividade deste objeto e a posterior conferência dos CNPJs, para efetivar esta comprovação, destacamos que os valores apresentados conferem com a percepção de valores deste município.

O método utilizado para a estimativa preliminar de preço da contratação foi a de menor valor dos preços pesquisados, que resultou no valor orçado estimado de até R\$ 45.900,00 (Quarenta e cinco mil e novecentos reais). Após a extração e consolidação dos valores chegou-se aos valores referenciais citados.

Vale ressaltar que o fornecedor (**VERDE VALE SOLUCOES E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS LTDA**) foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado e apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista. A empresa ofertou o menor preço global dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Administração Pública local. Os preços praticados são os de mercado, considerando-se a pesquisa de preço em apenso aos autos.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ILSE AMÉLIA LEOBET
PREFEITA MUNICIPAL



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

1. OBJETO

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
01	01	UN	Torneiras para sistema humano e pet: Fornecimento e instalação de ponto de hidratação, não elétrico, destinado a filtragem e distribuição de água com disposição de torneiras para sistema humano e pet, equipado com dispositivo de lavagem automática, fabricado em materiais sustentáveis e não consumíveis de duração superior a 3.500 m ³ .	R\$ 45.900,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 45.900,00

1.1.1. O material deverá obedecer às normas brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 16.098) quando couber, e em conformidade com as edições mais recentes e as demais normas previstas na legislação vigente, bem como as previstas neste termo de referência e no edital.

1.1.2. Poderão ser efetuadas diligências para verificação de conformidade do produto entregue (laudo técnico do produto), sempre que necessário, em qualquer fase da execução do objeto, para a obtenção de dados sobre a qualidade, a composição, e outras informações relevantes.

1.1.3. Laudos do produto licitado (quando solicitado pelo município):

- a) Laudos laboratoriais solicitados: os laudos laboratoriais devem ser emitidos por laboratório qualificado, habilitado e credenciado ou órgão competente.
- b) Os laudos poderão ser exigidos atualizados durante toda a vigência do contrato. No caso de suspeitas sobre a qualidade do produto, ou quando ocorrerem



Estado de Santa Catarina Prefeitura de São Cristóvão do Sul

problemas/desgaste entre outros, o laudo deverá ser elaborado sobre o lote do produto que causou a ocorrência. Os custos com laudos, amostras ou quaisquer outros documentos comprobatórios de qualidade serão custeados pela licitante vencedora.

1.1.4. A qualquer momento, após a inspeção inicial no lote entregue, o município poderá solicitar, mediante a escolha de amostras para a realização do laudo técnico do produto entregue. O município retirará no mínimo um produto no ato de entrega pela licitante vencedora, a qualquer momento durante a vigência, e solicitará o laudo do produto. O município comunicará a Contratada e a mesma deverá encaminhar o produto para laboratório devidamente credenciado para tal fim, ficando a despesa de análise do produto por conta da Contratada.

1.1.5. Os laudos deverão ser apresentados, quando solicitado pela Administração e deverão ser elaborados do produto final.

1.1.6. Todos os custos de laudos solicitados ficam a cargo da Contratada, tais como: inspeção, coleta de amostras, transporte, verificação inicial, verificação final e aprovação ou recusa do lote.

1.1.7. Não conformidades constatadas será motivo de recusa imediata dos produtos entregues no lote.

1.1.8. A amostragem, quando solicitada, será conforme com a norma da ABNT e suas normativas para o objeto deste Termo de Referência.

1.1.9. No caso em que ocorra rejeição do lote, após o laudo técnico, o lote deverá ser substituído por outro, isento de não conformidades.

1.1.10. O lote, que está substituindo produtos rejeitados, também poderá a critério do Município ser solicitado o laudo técnico. Todos os custos oriundos dos novos laudos técnicos deverão ser pagos pela Contratada. O município não se responsabilizará por custos de novos laudos de produtos que foi rejeitado na primeira amostragem.

1.1.11. Para o objeto deste Termo de Referência não será solicitado amostra do produto.

1.1.12. O sistema deverá ser composto por dois vasos com fibra de vidro, montados em forma sequencial, com leitos filtrantes distintos.

1.1.13. O equipamento deverá possuir no mínimo 2 (duas) torneiras, com acionamento manual para consumo humano e no mínimo 1 (uma) torneira pet, com acionamento de pedal e cuba inox.

1.1.14. O equipamento deverá ser fabricado de acordo com as normas legais exigidas para fabricação e instalação do equipamento.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

1.1.15. Os materiais que estão em contato com a água, tanques, válvulas, mídia filtrante e suporte deverão ser atóxicos, não extraíveis e sem contaminantes e que não excedam valores máximos permitidos.

1.1.16. Os sistemas que se propõem à melhoria da qualidade da água classificam-se de acordo com um os seguintes objetivos, conforme especificado:

- a) Eficiência de retenção de partículas maiores que 3µm;
- b) Eficiência de redução de cloro livre;
- c) Eficiência bacteriológica;
- d) Controle do nível de extraíveis.

1.1.17. O equipamento deverá realizar a retenção de partículas, conforme classificado nível C (> 3µm) destinado a reduzir o número de partículas em pelo menos 85%. Consistente a menor faixa de tamanho de partículas efetivamente retidas, determinadas em ensaio técnico.

1.1.18. O equipamento deverá possuir avisos de atenção, em língua portuguesa, adequadamente formatado e facilmente legíveis e duráveis.

1.1.19. Deverão ser fornecidos pela Contratada análise da água para comprovação de sua eficiência atendendo os parâmetros e legislações vigentes referente a potabilidade da água.

1.1.20. Afim de comprovar a qualidade da água, a Contratada deverá apresentar análises a cada 6 (seis) meses durante um período de 2 (dois) anos a contar da data da sua instalação.

1.1.21. A Contratada deverá encaminhar a Contratante e fixar em local visível dos usuários, os resultados das análises do sistema.

1.2. Da natureza do objeto

Não se enquadra como sendo bem de luxo.

Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição faz-se necessária para suprir a necessidade de um local para distribuição de água na Praça do Centro do Município de São Cristóvão do Sul, que ainda não conta com equipamento ou material para esse fim. O local é muito visitado pela população na busca de lazer e prática de esportes, além de ser um local onde frequentemente são realizados eventos comemorativos pelo município, sendo necessário um ponto de hidratação adequado para o público que frequenta e/ou passa pelo local.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- Sim
 Não

3.1. Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência
 quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e
 quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.
 Não se aplica

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

- Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
 Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível (com cota para ME/EPP).
 Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 de natureza divisível, porém não sendo aplicável tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser mais vantajoso para a administração pública.

Justificativa:

NÃO APLICÁVEL.

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- Vistoria obrigatória
 Vistoria facultativa
 Não será exigida vistoria.

Justificativa:

3.4. Será admitida a participação de consórcios?



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

Não

Sim

Justificativa:

NÃO SE APLICA.

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

Não

Sim

3.6. Será admitida a subcontratação?

Não

Sim

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

Não

Sim

Justificativa:

NÃO SE APLICA.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

Não

Sim

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

Não

Sim



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

4.3. Será exigida carta de solidariedade?

() Não

() Sim

Se sim, justificativa:

4.4. Será exigida garantia de proposta?

() Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

() Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

() Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

() Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

() Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

() Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

() Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

() Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3. Qualificação econômico-financeira

() Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

() Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

() Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5.4. Qualificação técnica

() Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional em plena validade.

() Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

[...] **_ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras exigências de qualificação técnica:

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

- a) O fornecimento e instalação do objeto será a partir do recebimento efetivo da ordem de compra.
- b) O local de entrega e instalação será definido pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, SC.
- c) O objeto desta contratação deve ser entregue em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Praça do Encruzo, Avenida Lions, Centro, São Cristóvão do Sul, SC.

6.3. Bens perecíveis

- () Não
() Sim

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a % do valor total do contrato?

- () Não



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

() Sim

Se sim, justificativa:

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

6.5.1. A Contratada deverá oferecer garantia para o objeto, compreendendo os vícios de qualidade.

6.5.2. O prazo de garantia será de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos equipamentos pela Secretaria de Solicitante.

6.5.3. A assistência técnica deverá ser prestada preferencialmente in loco ou, caso necessite, a Contratada deverá arcar com despesas de transporte até a assistência técnica.

6.5.4. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste termo de referência.

6.5.5. A Contratada deverá entregar os equipamentos acompanhados de seus laudos técnicos, certificados de garantia e manuais de operação e manutenção editados pelo fabricante, podendo ser originais, cópias reprográficas sem autenticação ou obtidos via internet no site do fabricante e deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- Assinatura de contrato
- Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- Autorização de Fornecimento
- Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir do(a) autorização do fornecimento na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da lei vigente.

8.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: VALMIR DA LEVE RODRIGUES	
Cargo: Secretário de Administração, Planejamento E Finanças	
Matrícula: 5805/01	
E-mail: prefeitura@saocristovao.sc.gov.br	

Fiscal:

Nome: FABIANO LEONARDO DOS SANTOS	
Cargo: Diretor de Compras	
Matrícula: 5836/03	
E-mail: licitacao2@saocristovao.sc.gov.br	

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Prazos

O fornecimento e instalação do objeto será a partir do recebimento efetivo da ordem de compra.

- b) O local de entrega e instalação será definido pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, SC.
- c) O objeto desta contratação deve ser entregue em conformidade com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

Prazo de pagamento: 15 dias úteis após emissão da NOTA FISCAL.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ÓRGÃO	
DOT 11: 4.4.90.00.00.00.00.00	03.001 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO	APLICAÇÕES DIRETAS

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$ 45.900,00 (Quarenta e cinco mil e novecentos reais).**

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O valor está de acordo com os orçamentos e conforme as quantidades de cargos a serem abertos.

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: KAINÃ EDUARDO GOMES DE LIMA

E-mail: licitacao@saocristovao.sc.gov.br

Telefone funcional: (49) 3253-1200.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

A Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, Sra. ILSE AMÉLIA LEOBET, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, resolve **RATIFICAR** o ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no inciso II, do artigo 75 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.143/23, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21.

Considerando a necessidade de contratação dos serviços acima especificados; considerando, ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da empresa para aquisição dos itens solicitados, RATIFICO os termos do presente Processo Licitatório 21/2024 – Dispensa de Licitação, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a instituição, escolhido e justificado.

Por fim determino a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

FORNECEDOR: VERDE VALE SOLUCOES E TECNOLOGIAS SUSTENTAVEIS LTDA, sito à Rua Laurival Vieira, 234, Bairro Barreiros, São José - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.944.209/0001-67, representado por seu representante legal, Sr. Cleomar Lucio Chitto, sócio proprietário.

Nesse sentido, **ACOLHO, HOMOLOGO e RATIFICO** o presente Processo de Dispensa de Licitação, recomendando a sua publicidade a fim de conceder eficácia ao ato administrativo, conforme determina o art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/21. Publique-se e cumpra-se.

São Cristóvão do Sul, 01 de abril de 2024.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

A V I S O

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, através da sua Comissão de Licitação e em obediência ao art. 75 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2.143/23, torna público o Processo de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços abaixo especificados.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

VALOR ESTIMADO - R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais).

EMPRESA CONTRATADA: VERDE VALE SOLUCOES E TECNOLOGIAS SUSTENTAVEIS LTDA, sito à Rua Laurival Vieira, 234, Bairro Barreiros, São José - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.944.209/0001-67, representado por seu representante legal, Sr. Cleomar Lucio Chitto, sócio proprietário.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/21 e art. 69 do Decreto Municipal nº 2.143/23.

São Cristóvão do Sul, 01 de abril de 2024.

Kainã Eduardo Gomes de Lima

Agente de Contratação



Estado de Santa Catarina
Prefeitura de São Cristóvão do Sul

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº XX/2024

Que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Juventino França de Moraes, 19, Centro, São Cristóvão do Sul, SC, inscrita no CNPJ sob nº 95.991.261/0001-27, neste ato representado por sua representante legal, Sra. Ilse Amélia Leobet, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 750.949 e CPF 310.146.589-34, residente e domiciliado neste município, denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **VERDE VALE SOLUCOES E TECNOLOGIAS SUSTENTAVEIS LTDA**, sito à Rua Laurival Vieira, 234, Bairro Barreiros, São José - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.944.209/0001-67, representado por seu representante legal, Sr. Cleomar Lucio Chitto, sócio proprietário, doravante denominado de **CONTRATADO**, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores e tendo em vista o que dispõe, resolvem contratar o objeto do presente, decorrente de Dispensa de Licitação, pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE HIDRATAÇÃO NA FORMA DE BEBEDOURO PÚBLICO, DESTINADO A FILTRAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
01	01	UN	Torneiras para sistema humano e pet: Fornecimento e instalação de ponto de hidratação, não elétrico, destinado a filtragem e distribuição de água com disposição de torneiras para sistema humano e pet, equipado com dispositivo de lavagem automática, fabricado em materiais sustentáveis e não consumíveis de duração superior a 3.500 m ³ .	R\$ 45.900,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 45.900,00

1.1.1. O material deverá obedecer às normas brasileiras divulgadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 16.098) quando couber, e em conformidade com as edições mais recentes e as demais normas previstas na legislação vigente, bem como as previstas neste termo de referência e no edital.



Estado de Santa Catarina Prefeitura de São Cristóvão do Sul

1.1.2. Poderão ser efetuadas diligências para verificação de conformidade do produto entregue (laudo técnico do produto), sempre que necessário, em qualquer fase da execução do objeto, para a obtenção de dados sobre a qualidade, a composição, e outras informações relevantes.

1.1.3. Laudos do produto licitado (quando solicitado pelo município):

a) Laudos laboratoriais solicitados: os laudos laboratoriais devem ser emitidos por laboratório qualificado, habilitado e credenciado ou órgão competente.

b) Os laudos poderão ser exigidos atualizados durante toda a vigência do contrato. No caso de suspeitas sobre a qualidade do produto, ou quando ocorrerem problemas/desgaste entre outros, o laudo deverá ser elaborado sobre o lote do produto que causou a ocorrência. Os custos com laudos, amostras ou quaisquer outros documentos comprobatórios de qualidade serão custeados pela licitante vencedora.

1.1.4. A qualquer momento, após a inspeção inicial no lote entregue, o município poderá solicitar, mediante a escolha de amostras para a realização do laudo técnico do produto entregue. O município retirará no mínimo um produto no ato de entrega pela licitante vencedora, a qualquer momento durante a vigência, e solicitará o laudo do produto. O município comunicará a Contratada e a mesma deverá encaminhar o produto para laboratório devidamente credenciado para tal fim, ficando a despesa de análise do produto por conta da Contratada.

1.1.5. Os laudos deverão ser apresentados, quando solicitado pela Administração e deverão ser elaborados do produto final.

1.1.6. Todos os custos de laudos solicitados ficam a cargo da Contratada, tais como: inspeção, coleta de amostras, transporte, verificação inicial, verificação final e aprovação ou recusa do lote.

1.1.7. Não conformidades constatadas será motivo de recusa imediata dos produtos entregues no lote.

1.1.8. A amostragem, quando solicitada, será conforme com a norma da ABNT e suas normativas para o objeto deste Termo de Referência.

1.1.9. No caso em que ocorra rejeição do lote, após o laudo técnico, o lote deverá ser substituído por outro, isento de não conformidades.

1.1.10. O lote, que está substituindo produtos rejeitados, também poderá a critério do Município ser solicitado o laudo técnico. Todos os custos oriundos dos novos laudos técnicos deverão ser pagos pela Contratada. O município não se responsabilizará por custos de novos laudos de produtos que foi rejeitado na primeira amostragem.

1.1.11. Para o objeto deste Termo de Referência não será solicitado amostra do produto.

1.1.12. O sistema deverá ser composto por dois vasos com fibra de vidro, montados em forma sequencial, com leitos filtrantes distintos.



Estado de Santa Catarina Prefeitura de São Cristóvão do Sul

1.1.13. O equipamento deverá possuir no mínimo 2 (duas) torneiras, com acionamento manual para consumo humano e no mínimo 1 (uma) torneira pet, com acionamento de pedal e cuba inox.

1.1.14. O equipamento deverá ser fabricado de acordo com as normas legais exigidas para fabricação e instalação do equipamento.

1.1.15. Os materiais que estão em contato com a água, tanques, válvulas, mídia filtrante e suporte deverão ser atóxicos, não extraíveis e sem contaminantes e que não excedam valores máximos permitidos.

1.1.16. Os sistemas que se propõem à melhoria da qualidade da água classificam-se de acordo com um os seguintes objetivos, conforme especificado:

- a) Eficiência de retenção de partículas maiores que $3\mu\text{m}$;
- b) Eficiência de redução de cloro livre;
- c) Eficiência bacteriológica;
- d) Controle do nível de extraíveis.

1.1.17. O equipamento deverá realizar a retenção de partículas, conforme classificado nível C ($> 3\mu\text{m}$) destinado a reduzir o número de partículas em pelo menos 85%. Consistente a menor faixa de tamanho de partículas efetivamente retidas, determinadas em ensaio técnico.

1.1.18. O equipamento deverá possuir avisos de atenção, em língua portuguesa, adequadamente formatado e facilmente legíveis e duráveis.

1.1.19. Deverão ser fornecidos pela Contratada análise da água para comprovação de sua eficiência atendendo os parâmetros e legislações vigentes referente a potabilidade da água.

1.1.20. Afim de comprovar a qualidade da água, a Contratada deverá apresentar análises a cada 6 (seis) meses durante um período de 2 (dois) anos a contar da data da sua instalação.

1.1.21. A Contratada deverá encaminhar a Contratante e fixar em local visível dos usuários, os resultados das análises do sistema.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de até R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais).

PARÁGRAFO UNICO - Toda e qualquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, SC, em moeda nacional, Mediante Ordem Bancária, e ocorrerá em parcela única, sendo paga em até 15 dias



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

após a execução dos serviços contratados, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul.

3.2. O valor do presente contrato não sofrerá qualquer tipo de reajuste.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Obriga-se a CONTRATADA:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

5.1. Obriga-se a CONTRATANTE:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

licitação e no Contrato;

- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados; demais condições constantes do edital de licitação.

CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

6.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

6.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo



Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Cristóvão do Sul

encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA SETIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores;

7.2. Os recursos administrativos e os casos de alteração ou rescisão contratual são os constantes na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

8.1. A data de execução dos serviços será a partir da data da emissão da autorização para início emitida pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, SC, conforme disposto na Lei n. 14.133/2021, atualizada.

8.2. O local de entrega e instalação será definido pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, SC.

8.3. O objeto desta contratação deve ser entregue em conformidade com as condições estabelecidas no edital do processo e seus anexos.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. Este contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, a qualquer momento, entendendo a oportunidade e conveniência administrativa. Serão reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 137 da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Nos casos omissos serão aplicados os preceitos do Direito Público, teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA DECIMA – DO FORO

10.1. Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

São Cristóvão do Sul, SC, XX de XXXXX de 2024.

Município de São Cristóvão do Sul, SC
Ilse Amélia Leobet
CONTRATANTE

VS SANEAMENTO
Cleomar Lucio Chitto
CONTRATADA